CAMINHOS PARA INCLUSÃO: O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Autor(res)

Maria Elisabette Brisola Brito Prado
Fernanda Beatriz Da Costa Miranda
Jacqueline Hartmann Armindo
Leandro Meneses Da Costa
Jane Ester Da Silva Bazoni

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A legislação nacional vigente (Brasil, 1996; Brasil, 2008; Brasil, 2015) prevê adaptações e medidas de apoios individualizadas como um direito voltado para inclusão dos alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE-alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) nos diversos segmentos de ensino.
Considerando este prisma, buscamos na literatura científica, abordagens que possibilitam o atendimento à diversidade dos estudantes matriculados na rede regular de ensino. Dentre elas, encontramos discussões que evidenciam a importância da elaboração e implementação de um planejamento individualizado e personalizado para aqueles que necessitam.
Dessa forma, Tannús Valadão (2013) nos indica que o e Plano Educacional Individualizado (PEI) possibilita pensar em ações, métodos, estratégias e recursos de forma individualizada e específica, visando eliminar as barreiras que impedem os estudantes de acessarem os conteúdos acadêmicos no contexto escolar.

Objetivo

Nossas inquietações preliminares materializaram-se na seguinte problemática de pesquisa: quais instrumentos pedagógicos, atualmente, indicam a possibilidade de práticas pedagógicas inclusivas?
Traçamos como objetivo descrever inicialmente sobre a educação na perspectiva da inclusão e explanar acerca da relevância do Plano Educacional Individualizado nas práticas inclusivas.

Material e Métodos

A partir desta questão norteadora, buscamos realizar um estudo bibliográfico com o objetivo de refletir acerca das possibilidades de inclusão no contexto educacional.
A metodologia adotada fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa bibliográfica, na qual recorremos à comunidade científica, a fim de analisar as contribuições relacionadas temáticas supracitadas e responder às inquietações fomentadas (Fonseca,2002).O delineamento, o processo metodológico.

Resultados e Discussão

As legislações nacionais em vigência, estabelecem como ponto de partida o direito à participação de todos de forma efetiva, à educação e atendimentos especializados, caso necessário, assim como apregoa Constituição Federal, em seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e no artigo 208, inciso III, estabelece que “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Educação na perspectiva da inclusão é um movimento de luta baseado na diversidade, no qual visa à inclusão de todos os estudantes, sem distinção (Mantoan, 2016). Com isso, corroborando com Carvalho (2000), segundo o qual defende que um dos caminhos para a efetivação da inclusão de todos, dar-se à partir de práticas e procedimentos que promovam o acesso dos estudantes no contexto regular de ensino.

A literatura aponta o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma ferramenta essencial para inclusão, tendo em vista que possibilita reconhecer e valorizar as diferenças,personalizando o ensino conforme as necessidades educacionais de cada estudante. No entanto, ainda observam-se desafios significativos tanto na elaboração quanto na implementação desta ferramenta, além de políticas consistentes que garantam sua efetiva aplicação, como será discutido na seção seguinte.(Tannús-Valadão,2013).

Nesse sentido, o PEI é um instrumento que identifica as habilidades e necessidades do estudante PAEE a partir de objetivos singulares em consonância com os objetivos gerais propostos nos currículos educacionais e delimita os objetivos, metas e estratégias promovendo respostas educacionais ajustadas às necessidades dos estudantes.

Conclusão

Neste estudo, refletimos que, apesar dos avanços normativos e das políticas públicas voltadas para inclusão educacional, ainda persistem barreiras significativas para efetivação do ensino e aprendizagem dos estudantes PAEE.

A literatura, por sua vez, evidencia o PEI como uma ferramenta essencial no processo de inclusão, pois permite a personalização do ensino, o reconhecimento das singularidades dos estudantes e o acompanhamento sistemático dos estudantes PAEE, promovendo respostas.

Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Referências

BRASIL.Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.Brasília: MEC/SEESP,2008.

BRASIL.Lei Federal n° 13.146, de 6 de julho de 2015.Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL.Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial,1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,n°9.394,Brasília, DF,20 dez.1996.

FONSECA,J.J.S.Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.Apostila.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos"is".Porto Alegre: Mediacão,2000.

MANTOAN, M. T. E. A escola comum na perspectiva da inclusão escolar: o direito de ser diferente.2. ed. Campinas: Papirus, 2016.

TANNÚS-VALADÃO, G. Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado:avaliação de um programa de formação continuada para educadores.2013.245 f.Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de

São Carlos,2013.